

Funaro dispensa o acordo com o FMI

Dívida Externa

Em Washington, ele acusou os credores de forçarem os devedores a se submeterem às normas do Fundo.

O ministro Dílson Funaro afirmou ontem, ao discursar na sessão da manhã do comitê interino — o braço político do FMI —, que em vez de administrar a crise da dívida externa, a comunidade financeira internacional precisa adotar medidas conjuntas para sair dela.

Em seguida, Funaro propôs às nações credoras que, como um primeiro passo, reduzam as taxas de juros nos níveis da tendência histórica e, como segundo passo, aceitem "o desafio de enfrentar francamente o problema da dívida, sentando-se à mesa com seus contrapartes dos principais países devedores, com o propósito específico de buscar soluções duradouras, através do diálogo aberto e criativo".

O ministro da Fazenda do Brasil disse ainda que o FMI e o Banco Mundial poderiam assessorar as autoridades financeiras dos principais países credores e devedores em sua tarefa de encontrar respostas inovadoras que revejam a atual estratégia da dívida, repensem as condicionalidades que geralmente impõem aos tomadores de recursos e adaptem as instituições financeiras multilaterais "às realidades do nosso tempo".

A propor esse diálogo, Funaro implicitamente descartou o comitê interino como foro apropriado para tais discussões, mas apresentou sua idéia de forma suficientemente vaga para que escape ao estigma da rejeição.

O discurso do ministro foi cuidadosamente preparado e, segundo Roberto Müller Filho, seu chefe de gabinete, retocado diversas vezes, a última delas quase à meia-noite da terça-feira. Anteontem, Müller havia dito que o discurso seria duro e que ficaria alguns decibéis acima do tom habitual.

No entanto, o diretor-executivo da Holanda no FMI, J.J. Polak — que já foi um dos principais economistas do Staff do Fundo e autor do há muito falecido projeto da "conta de substituição", destinado a promover a estabilidade no mercado cambial —, disse não ter entendido muito bem o apelo de Funaro para que os credores diminuam os juros. Para Polak, o mercado está cuidando de reduzi-los e uma solução fora do mercado é "impensável". O que os governos podem fazer, disse, é adotar políticas corretas, de redução dos déficits públicos que indiretamente resultem em diminuição das taxas. Essas políticas, lembrou, estão sendo postas em prática.

No discurso, Funaro denunciou a existência de um cartel de credores e protestou contra a exigência de que os devedores cumpram o "ritual de um acordo com o Fundo Monetário para a renegociação da dívida com o Clube de Paris (que reúne credores oficiais), quer o país tenha ou não necessidade de tal acordo".

Mas Funaro não foi tão longe quanto um importante assessor que o acompanha, que ontem afirmou que, se o Clube de Paris não renegociar a dívida com o Brasil sem acordo com o Fundo, o Brasil simplesmente não paga o que deve. O Brasil já está devendo mais de 1,2 bilhão de dólares aos credores oficiais, em juros e amortizações atrasados.

Se o comunicado do grupo dos dez industrializados, distribuído anteontem à noite, é indício da

sua determinação aos credores de exigir acordo com o FMI para reescalonar a dívida oficial de países como o Brasil, o ministro Álvaro Alencar, chefe da assessoria externa do Ministério da Fazenda, terá uma dura tarefa pela frente quando for a Paris no fim da semana para realizar a primeira reunião formal do governo da Nova República com o plenário do Clube. Alencar disse ontem que já advertiu o ministro Funaro e o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, para que não esperem resultados imediatos. Contudo, está otimista. Acha que as circunstâncias internacionais e o esforço interno e externo do País acabarão convencendo os credores de que um acordo com o Fundo é desnecessário.

O mesmo Polak afirmou que os credores exigem o aval do FMI porque querem estar seguros de que políticas corretas serão adotadas e mantidas. Segundo a imprensa alemã, o ministro Gerhard Stoltenberg declarou que o Brasil não terá o apoio da Alemanha no Clube de Paris se insistir em romper as normas do sistema internacional.

Numa entrevista à imprensa, o ministro Dílson Funaro disse que os mecanismos criados até hoje dificultam uma saída da crise. Para ele, a estratégia posta em prática desde 1982 visa proteger os interesses dos credores e não dos devedores.

Funaro disse haver alguns pontos de convergência entre suas idéias e as do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, que há alguns meses apresentou esboço de solução para o problema dos 15 principais devedores. Os dois concordam, por exemplo, que deve haver crescimento. "Mas os mecanismos de condicionalidade (embutidos na proposta de Baker) atrapalham a saída da crise", disse o ministro brasileiro.

Funaro admitiu, entretanto, que algumas condicionalidades e reformas propostas pelo Tesouro e pelas organizações internacionais "são válidas", mas outras "se contradizem". É difícil, observou, conciliar a necessidade de crescimento com as propostas iniciais de ajuste que pedem aumento das exportações e redução das importações.

Alguns membros da delegação brasileira acharam que os discursos dos ministros de finanças dos países industrializados mais importantes — como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Grã-Bretanha — foram duros e que parecem ver na queda das taxas de juros, do preço do petróleo e do dólar sinais evidentes de que as coisas melhoram e que medidas excepcionais abrangentes são desnecessárias.

A reunião do comitê interino prosseguirá hoje, mas não há esperança de que seu comunicado contenha novidades substantivas. Funaro dará entrevista à imprensa, hoje, às 13 horas. Depois irá para Nova York, onde oferecerá jantar aos líderes de oito ou dez dos principais bancos dos Estados Unidos. Segundo Roberto Müller, William Rhodes, chefe do comitê que assessorou o Brasil nas suas negociações com os bancos, terá finalmente a oportunidade de avistar-se com Funaro. Mas Müller disse também que o jantar será uma oportunidade de contato e exposição do programa brasileiro mais do que de negociação.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.



Bracher, do Brasil.



Baker, dos EUA.



Sourrouille, da Argentina.